

Marx, o marxismo e o sujeito histórico¹

Marx, Marxism and the subject of history

Marcelo Badaró Mattos*

Resumo

O artigo trata da dupla dimensão da concepção de “sujeito histórico” expressa por Karl Marx. Na parte inicial, o “sujeito” é discutido no sentido mais totalizante da concepção marxiana de história, enquanto no segundo momento do artigo busca-se abordar a perspectiva de Marx em relação ao papel do proletariado na revolução socialista. Ao fim, o intuito é retomar a unidade entre essas duas discussões. Para tanto, o artigo recorre aos textos de Marx e, de forma complementar, a alguns autores representativos da melhor tradição do materialismo histórico no século XX.

Palavras-chave: Marx, marxismo, sujeito histórico, classes sociais

Abstract

The article deals with the dual conception of “subject of history” expressed by Karl Marx. In the first part, the “subject” is discussed in Marx’s conception of history, while the second moment of the article aims to address Marx’s perspective on the role of the proletariat in the socialist revolution. In the last part, the focus is on the unit between these two discussions. For this, the article uses the texts of Marx and, complementarily, some authors which represent the best tradition of historical materialism in the twentieth century.

Keywords: Marx, Marxism, subject of history, social classes

¹ Originalmente apresentado no evento *Marx e o marxismo 2012*, organizado pelo NIEP-Marx, na Universidade Federal Fluminense.

* Universidade Federal Fluminense, UFF.

A discussão sobre o sujeito histórico em Marx e no marxismo envolve um conjunto amplo demais de questões para que se tenha a pretensão de esgotá-la em uma intervenção rápida. Uma reflexão ainda que sumária teria que dar conta da unidade entre análise do social e ação política transformadora. Ou seja, trata-se de discutir o papel da ação humana na história, assim como de, no mesmo movimento, localizar o agente que, nas sociedades capitalistas, possui o potencial de transformá-la em direção a uma forma social totalmente distinta.

Neste artigo, vou me pautar por esse tipo de divisão esquemática da exposição, tratando inicialmente do sujeito no sentido mais totalizante da concepção marxiana de história, para em seguida abordar a perspectiva de Marx em relação ao papel do proletariado na revolução socialista, esperando ao fim ser capaz de retomar a unidade entre essas duas discussões. Para tanto, vou me servir de Marx, mas também de alguns momentos do que de melhor a tradição do materialismo histórico nos legou no século XX.

Sujeito histórico

Conhecemos suficientemente a clássica citação de *O 18 de Brumário*:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas (Marx & Engels, 1982, p. 417).

Ela é tanto uma afirmação direta do papel dos sujeitos na história —“os homens”, os coletivos humanos, “fazem sua própria história”—, quanto uma definição dos limites para essa ação humana —postos pelas “circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”. Pode-se dizer que todo o marxismo posterior, ao discutir a concepção materialista de história levou em conta essa frase (e outras tantas similares na obra de Marx), mas oscilou, com gradações e equilíbrios muito diferenciados, entre uma ênfase na ação dos sujeitos humanos e a determinação dos limites postos pelas circunstâncias.

Carlos Nelson Coutinho definiu, ainda em 1972, em um livro marcado pelo vocabulário da época, mas brilhante em sua defesa do marxismo e bastante precoce em termos internacionais na crítica ao estruturalismo, essa oscilação nas ênfases como uma polarização. De um lado um marxismo, contaminado pelo positivismo da sociologia burguesa, que nenhum lugar conferia à ação humana na história (típico do revisionismo da II Internacional e do Stalinismo) e, de outro, um marxismo pautado em alguma medida pela matriz historicista e subjetivista (que teria sido o ponto de confluência para o que Lênin chamou de “esquerdismo” na geração de teóricos revolucionários que viveu 1917 e tomou a revolução na Rússia

como inspiração). Naquele livro, Carlos Nelson defende, a partir de uma posição muito marcada pela crítica à imediaticidade da consciência (imediaticidade teórica dos marxistas, mas também do movimento operário em geral) feita por Lukács, o posicionamento de Lênin, como aquele que “superando simultaneamente o positivismo e o ‘ativismo’ subjetivista, soube encontrar a correta mediação dialética entre o papel da práxis e os ‘direitos’ da objetividade.” (Coutinho, 2010, p. 178).

Não sei se em sua atividade intelectual mais madura Carlos Nelson escreveria da mesma forma, mas importa perceber seu livro como uma contribuição fundamental para a defesa de uma perspectiva que valorize em Marx e em seu projeto, tanto o aspecto humanista (“a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva”), quanto seu historicismo concreto (por ele entendido como “a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade”), assim como a dimensão do método de análise —a “razão dialética”. (Coutinho, 2010, p. 28). Nessa visão do marxismo de Carlos Nelson se percebe a forte influência tanto de Gramsci quanto, já o afirmei, de Lukács. Dois autores que Carlos Nelson havia em grande medida introduzido no Brasil (em conjunto com seu parceiro Leandro Konder).

Gramsci —para quem a “filosofia da práxis” deveria ser vista, seguindo aqui Peter Thomas, como “‘historicismo’ absoluto, imanência absoluta e humanismo absoluto” (2010, p. XIX)— retomava, em seus *Cadernos do Cárcere*, as considerações de Marx e Engels sobre ser e consciência, expressas em textos como o Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* e já presentes nas *Teses sobre Feuerbach*. Assim, ao definir a forma como se manifesta social e historicamente a determinação do ser social sobre a consciência social, identificava história, “natureza” humana e relações sociais:

A ‘natureza’ do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida [...] Além disso: o conjunto das relações sociais é contraditório a cada momento e está em contínuo desenvolvimento, de modo que a ‘natureza’ do homem não é algo homogêneo para todos os homens em todos os tempos (Gramsci, 2001, p. 51)

Na obra madura de Lukács, em sua valorização da dimensão ontológica do homem como ser social, a mesma preocupação com o sentido histórico e materialista da perspectiva de Marx é afirmada, através de um contraste entre esta e as visões de Hegel e Feuerbach. Assim, segundo Lukács (2012):

Marx reconhece uma só ciência, a ciência da História, que engloba tanto a natureza quanto o mundo humano. [...] à ontologia simplista

de Feuerbach, malgrado seu caráter intencionalmente materialista, Marx contrapôs a exigência de levar em conta, de modo concreto e materialista, todas as relações da vida humana e, antes de tudo, as relações histórico-sociais (p. 285).

O livro de Carlos Nelson a que vimos referindo representa, fundamentalmente, uma crítica ao estruturalismo (de Lévi-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault e Althusser). De fato, especialmente nos anos 1970, o grande debate do marxismo (para alguns o último grande debate teórico do marxismo) girava em torno do estruturalismo. Em língua inglesa, um dos pontos altos desse debate foi a polarização entre o “humanismo socialista” da primeira geração da *New Left*, e o profundo impacto da obra de Althusser nas gerações seguintes da intelectualidade marxista britânica. Nesse debate, autores como Raymond Williams e E. P. Thompson opuseram à supervalorização das estruturas na determinação da trajetória das sociedades a “agência” dos homens e mulheres reais, como sujeitos da história.

Afora alguns exageros de ênfase na crítica ao estruturalismo, os momentos mais ricos desse debate surgiram justamente quando a valorização do papel de sujeitos ativos dos coletivos humanos —as classes sociais especialmente— foi proposta, porém sem deixar de levar em conta as determinações objetivas da realidade material (ou seja, quando o “humanismo absoluto” se combinou à “imanência absoluta”), gerando um resgate e uma atualização mais que pertinentes da perspectiva marxiana fundamental da determinação da consciência pelo ser social.

É o que aparece, por exemplo, na crítica de Thompson a Althusser, quando aquele resgata o papel dos sujeitos humanos, pondo em primeiro plano o conceito de experiência (que poderíamos associar ao “historicismo absoluto” gramsciano), como mediação —na definição de Raymond Williams— entre ser social e consciência social. Com o conceito de experiência, Thompson (1980) acreditava ser capaz de demonstrar como:

homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (p. 182).

Thompson publicou sua *Miseria da Teoria* (reparem na coincidência de título, mas na antecedência cronológica do livro de Carlos Nelson) em 1978, mas

muito antes da crítica a Althusser, já esgrimia argumentos polêmicos muito semelhantes em seus escritos de fins dos anos 1950, ao defender o “humanismo socialista” como alternativa teórica e política ao stalinismo. Em 1960, no debate com aqueles que defendiam a noção de que o potencial revolucionário da classe trabalhadora havia se esgotado, pela sua incorporação às regras do jogo da sociedade capitalista, nos países de capitalismo avançado, através de um acesso ampliado ao mercado de bens de consumo, Thompson criticava a matriz determinista/economicista daquele raciocínio, valorizando o papel dos coletivos humanos como sujeitos da história:

Nós deveríamos notar o caminho através do qual um tipo de reducionismo econômico desabilita a discussão de classe, tanto entre anti-marxistas quanto entre marxistas sectários. Na verdade, as ideologias prevalecentes tanto no Leste quanto no Oeste são dominadas por uma caricatura aviltante do marxismo; muito embora, no primeiro caso, nós temos um retrato dos meios de produção espontaneamente gerando consciência e atividade revolucionária, com a classe trabalhadora aparecendo não como o agente, mas como intermediária de leis objetivas; ao passo que no segundo espaço a imagem é em muito similar, mas o motor da mudança foi retirado, e nós vemos todos os homens (exceto os ‘intelectuais’) como prisioneiros dos seus interesses econômicos, de sua ‘estrutura’ social, e do seu *status*. [...] Ambos argumentam a partir de uma noção estática de classe trabalhadora e de sua consciência característica [...] Ambos argumentam que o capitalismo ‘afluente’ está enxugando algumas das demandas da classe e erodindo a consciência de classe tradicional (Thompson, 1960, pp. 23-24).

Na sequência do artigo, Thompson recupera justamente o momento de formação da classe que ele estava abordando na redação do que viria a ser *A formação*², ou seja, o período dos anos 1780 a 1830, para chamar atenção para o fato de que a consciência de classe se formava num momento em que a maior parte da classe trabalhadora militante não era ainda majoritariamente composta por operários fabris típicos. Afirmava então, como reiteraria três anos depois no livro, que “para um historiador, uma classe é aquela *que se define como tal* por sua agência histórica” (Thompson, 1960, p. 24). E recorreu à discussão de Marx no *18 Brumário* sobre os camponeses detentores de parcela na França para afirmar que:

² A encomenda para redigir um livro de leitura acessível sobre a classe trabalhadora inglesa, centrado no século XIX, foi-lhe dirigida pelo editor em 1959, a partir de uma indicação de John Saville, previamente consultado para escrever o livro (este por sua vez indicado por Asa Briggs). J. Saville, *Memoires from the left*, London, Merlin Press, 2003, p. 119.

Para Marx, uma classe define a si mesma em termos históricos, não porque foi feita por pessoas com relações comuns com os meios de produção e uma experiência de vida comum, mas porque essas pessoas *tornam-se conscientes* dos seus interesses comuns e desenvolvem formas apropriadas de organização e ação comuns (Ibid, p. 24).

Argumentos desse tipo já eram apresentados pelo historiador inglês desde 1956. Em um artigo seminal, publicado no primeiro número da revista *The New Reasoner*, periódico fundador da *New Left*, Thompson se opõe ao stalinismo defendendo a agência humana negada pelo que já ali ele definia como o “irracionalismo” daquela ortodoxia (algo que retomaria com maior ênfase em seu *Miséria da Teoria*). Segundo seu argumento, “A primeira característica do stalinismo, então, é o anti-intelectualismo, o desprezo pela agência humana consciente no fazer histórico; e a revolta contra isso não é a revolta de uma nova ideologia mas a revolta da razão contra o irracionalismo” (Thompson, 1957, p. 115).

O artigo gerou polêmicas, que Thompson responderia alguns números depois na revista, num artigo sintomaticamente intitulado “Agency and choice – 1”. Neste, reafirmava a crítica ao stalinismo e a importância da “agência”. Definindo o filistinismo como a aceitação da inevitabilidade do mundo tal qual ele se apresenta, como uma capitulação ao senso comum, afirmava:

Hoje, esse filistinismo infectou os núcleos tanto da ideologia social-democrata quanto da comunista. Apesar das formas da infecção serem muito diferentes, ela produz em ambos um sintoma comum: a negação da agência criativa dos homens, quando considerados não como unidades políticas ou econômicas numa cadeia de circunstâncias determinadas, mas como seres morais e intelectuais, no fazer-se de suas próprias histórias; em outras palavras, a negação de que os homens podem, por um ato voluntário de vontade social, superar em alguma medida significativa as limitações impostas pelas ‘circunstâncias’ ou pela ‘necessidade histórica.’ (Thompson, 1958, p. 89)

O potencial de superação das ‘circunstâncias’ ou ‘necessidades históricas’ pelos sujeitos coletivos, não obliterava em Thompson, apesar de sua ênfase na agência, a convicção na determinação da consciência (e portanto da práxis coletiva das classes sociais) pelo ser social. Sua perspectiva de determinação passava pela defesa de que há uma “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social”. Por isso, “em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente

ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas” (Thompson, 2001, p. 260).³

Essa apresentação da interação entre subjetividade e vida material na atividade humana, remete-se diretamente aos fundamentos do materialismo histórico, tal como traçados por Marx. O ponto de partida é a negação da autonomia ou independência do elemento subjetivo/ideal, determinado social e historicamente. Longe do “livre-arbítrio” da concepção protestante/liberal, ou da visão idealista de uma subjetividade constituinte da realidade social, Marx integra em sua análise vida material e subjetividade através da determinação de um conceito mais amplo, que remete ao seu objetivo de entendimento totalizante do social, o de modo de produção. Assim, na conhecida citação do *Prefácio da contribuição*, “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 1977, p. 24).

Vimos, pela citação inicial de Marx, a dimensão “limitadora” da ideia da determinação do ser social. No entanto, encarar a determinação da existência material apenas como “limitadora” (ou seja, em sua negatividade) da ação humana é perceber apenas uma dimensão do processo dialeticamente refletido por Marx, visto que, sem ceder ao “voluntarismo”, Marx também apresenta uma dimensão “positiva”, ou potencializadora, da determinação da existência sobre a consciência (e a ação dos sujeitos). Algo que transparece em outra passagem famosa do mesmo prefácio, quando Marx afirma que “a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver” (Marx, 1977, p. 25).

Raymond Williams, refletiu sobre essa dupla dimensão —negativo/limitadora e positivo/potencializadora— da determinação das condições materiais da existência sobre as formas de consciência e ação, ou seja, sobre a práxis dos sujeitos históricos, em uma obra contemporânea ao livro de Carlos Nelson (*Marxismo e literatura*, originalmente publicado em 1971) e de certa forma também preocupada com o debate posto pelos estruturalistas. Sua reflexão o levou a definir que, “na prática, a determinação não é nunca apenas a fixação de limites, mas também a existência de pressões.” Na sequência do argumento, Williams esclarece o caráter complexo do jogo dialético das dimensões negativa e positiva da determinação sobre a ação dos sujeitos:

Em todo um processo social, essas determinações positivas, que podem ser experimentadas individualmente, mas que são sempre atos

³ A determinação do ser social sobre a consciência social é abordada também em E. P. Thompson, *A Miséria da Teoria*, pp. 16-17.

sociais, na verdade com frequência formações sociais específicas, têm relações muito complexas com as determinações negativas que são experimentadas como limites. Pois elas não são apenas pressões contra os limites, embora tais pressões tenham importância crucial. São no mínimo também pressões derivadas da formação e do impulso de um determinado modo social: com efeito, uma compulsão de agir de formas que o mantém e renovam. São também, e vitalmente, pressões exercidas por formações novas, com as suas intenções e exigências ainda não percebidas (Williams, 1979, p. 91).

Mais de quinze anos depois, retomando o debate entre “agência” e “estrutura”, Alex Callinicos, partiu de um caminho bastante distinto em relação ao de Williams,⁴ para afirmar que as estruturas habilitam tanto quanto constroem. Definindo como estruturas, basicamente, aquilo que até aqui venho denominando de condições materiais da existência social, Callinicos (2009) explica sua afirmação:

Olhar as estruturas a partir dessa perspectiva envolve quebrar com a ideia delas como limites à ação individual e coletiva, fornecendo uma moldura no interior da qual a agência humana pode então ter jogo livre. Na medida em que sua posição nas estruturas delimita as possibilidades abertas aos agentes, ela também se apresenta como a oportunidade de alcançar seus objetivos em determinadas direções (p. 275).

Essas considerações são fundamentais para passarmos adiante, avançando na discussão do segundo nível de análise que aqui proponho, qual seja o do entendimento do potencial emancipatório atribuído por Marx ao proletariado. Um *potencial* ressaltado, pois que determinado —*limitado*, ao mesmo tempo que *habilitado*, pelas determinações da existência na sociedade capitalista historicamente construída— e cuja plena realização dependerá da dinâmica contraditória da luta de classes.

O sujeito da revolução

Na virada de 1843 para 1844, na *Introdução à crítica do direito de Hegel*, Marx constatou que a burguesia não possuía mais potencial de representar um papel progressivo, no caso alemão (mas não só), nem para realizar a revolução,

⁴ Callinicos recusa a concepção estruturalista de Althusser, mas procura rebater tanto o individualismo metodológico do “marxismo da escolha racional”, quanto o que ele acredita serem rasgos de sobrevalorização da ação coletiva dos sujeitos, combinada à recusa ao exame das condições objetivas, na obra de Thompson.

na direção da emancipação humana, nem para fazer avançar o pensamento filosófico na direção de um conhecimento desmistificador:

Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva da emancipação?

Eis a nossa resposta: na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o *mal em geral*; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a *perda total* da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado* (Marx, 2005, pp. 155-156).

A linguagem é hegeliana, embora o objetivo seja superar os limites do idealismo objetivo de Hegel. Ainda assim, percebe-se que a definição do proletariado como sujeito revolucionário está longe de pautar-se apenas por um ato de vontade ou por um ato de nomeação do filósofo, nesse caso Marx. O proletariado é uma classe que se forma e é formada por “cadeias radicais” e seu potencial de emancipar-se dessas cadeias é determinado (limitado e pressionado/habilitado) pela necessidade de emancipar todas as esferas sociais.

Naquela obra, Marx procura se distanciar de uma concepção que sobrevaloriza o papel da filosofia como “iluminação” transformadora de *per si* e apresenta a necessária base material de qualquer projeto emancipatório ao atribuir-lhe um sujeito social concreto: a classe trabalhadora. Embora possa ser lido como um texto marcado pela concepção do proletariado como elemento inerte, a ser fecundado pelo pensamento filosófico para que se ative seu potencial transformador, parece-me que o ponto central da conclusão a que Marx chega naquele momento é o da necessária vinculação entre a teoria social revolucionária e uma classe social cujas circunstâncias de existência social a predispõe à ação transformadora. Dessa forma, o papel do filósofo/crítico na desmistificação do mundo social e na construção do projeto emancipatório se vê subordinado a um vínculo social objetivo/ subjetivo, um vínculo de classe: “assim como a filosofia encontra as armas *materiais* no proletariado, assim o proletariado tem as suas

armas *intelectuais* na filosofia. E logo que o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente no solo virgem do povo, os *alemães* emancipar-se-ão e tornar-se-ão *homens*.” (Callinicos, 2009, p. 156).

Não se pode tomar tal afirmação do proletariado como sujeito revolucionário como um “resquício” hegeliano do *jovem Marx*, a ser mais tarde superado pelo Marx maduro da “crítica da economia política”. Pelo contrário, trinta anos depois, no posfácio à segunda edição em alemão de *O Capital*, em 1873, encontremos a definição de Marx sobre seu livro como elaboração filosófica da classe trabalhadora. A interação entre teoria e classe formulava-se ali de forma mais orgânica:

A compreensão que *O Capital* rapidamente encontrou em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa de meu trabalho. Um homem, economicamente situado numa perspectiva burguesa, o Sr. Mayer, industrialista vienense, afirmou *com acerto*, numa brochura publicada durante a guerra franco-alemã, que o grande senso teórico, considerado patrimônio hereditário alemão, teria desaparecido completamente das assim chamadas classes cultas da Alemanha, para ressuscitar, em compensação, na sua classe trabalhadora (Marx, 1983, p. 16).

Explicando essa associação, Marx completa o raciocínio sobre o vínculo de classe de sua crítica teórica, explicitando mais uma vez sua perspectiva afirmativa sobre o potencial do proletariado como sujeito da revolução socialista pela qual lutava havia então cerca de três décadas:

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua crítica. À medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado (Marx, 1983, p. 18).

Em Marx, como na melhor tradição do materialismo histórico posterior, reconhecer o potencial emancipatório (a “missão histórica”) do proletariado, como sujeito da revolução, não pode ser confundido com a afirmação de uma inexorável necessidade histórica de realização desse potencial. Afinal, se Marx e Engels afirmaram no *Manifesto Comunista*, que “a história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes”, evitaram qualquer tipo de conclusão fatalista a partir dessa constatação, ressaltando que as diferentes configurações da luta de classes ao longo do tempo findaram ou com “uma transformação revolucionária

de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta” (Marx & Engels, 1848, pp. 106-107).

As determinações da existência conformam uma subjetividade partida, contraditória, do proletariado. A resolução dessa contradição e a materialização do potencial emancipatório do sujeito revolucionário não se realizam, portanto, como simples decorrência de transformações econômicas na estrutura capitalista. A lógica do capital atua tanto limitando uma subjetividade transformadora, quanto potencializando a práxis emancipatória. Por isso, em sentido inverso ao dos raciocínios deterministas, István Mészáros (2002), por exemplo, irá defender que a tarefa de reorganizar os fundamentos econômicos dessa lógica é “primariamente político-social e não econômica” (p. 1076). Daí que, ainda conforme Mészáros, a classe trabalhadora seja, “paradoxalmente, tanto o veículo necessário quanto o agente ativo da tarefa histórica da emancipação socialista e, ao mesmo tempo, também um obstáculo fundamental à sua realização.” (Idem, p. 1036).

Quem é o sujeito?

Para concluir, cabe marcar o porque da importância deste debate hoje. Vivemos um momento em que, me parece, cabe aos marxistas travar uma dupla polêmica. De um lado, com as interpretações conservadoras e/ou reacionárias do social que afirmam a eternidade da lógica sócio/metabólica do capital, muitas vezes apoiadas na afirmação de que as classes sociais e, conseqüentemente, a luta de classes, já não podem ser tomados como critérios analíticos relevantes, pois vivemos numa sociedade globalmente conectada pelas novas tecnologias informacionais e universalmente nivelada pelo acesso ao mercado de consumo capitalista. De outro lado, a polêmica se faz necessária com perspectivas críticas e até mesmo transformadoras do social, mas também marcadas por uma avaliação negativa do potencial emancipatório do proletariado – seja pela hiper-valorização do papel das transformações tecnológicas contemporâneas; pela associação do modelo soviético, da luta sindical e/ou dos partidos da classe ao “socialismo do movimento operário”; pela afirmação da centralidade de outras identidades e coletividades nas lutas emancipatórias, ou pela combinação de todas essas caracterizações. Tal avaliação as leva, muitas vezes, a um beco sem saída. Usando os termos de Marx: a crítica teórica, através das “armas intelectuais” (ou das “armas da crítica”), identifica a necessidade da revolução, mas não consegue encontrar as “armas materiais” (ou a “crítica das armas”) portadoras do potencial emancipatório.⁵

⁵ Desenvolvi o debate com essas tendências da teoria social, a partir de alguns de seus representantes, em diversos textos, entre os quais destaco os capítulos iniciais de Marcelo Badaró Mattos, *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009 e o segundo capítulo de Marcelo Badaró Mattos, *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*, Rio de Janeiro, Edufrj, 2012.

Muito da dificuldade em reconhecer hoje o potencial emancipatório do proletariado como sujeito revolucionário relaciona-se ao uso de uma concepção demasiado estreita do que venha a ser essa classe. Aqui se afirma, em sintonia com autores como Ricardo Antunes, a necessidade de compreender “o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser”, defendendo a validade analítica do conceito de classe trabalhadora de Marx na atualidade. (Antunes, 1999, pp. 102-104).

Nesse mesmo diapasão, acho bastante útil a recuperação que o já citado Alex Callinicos faz de uma passagem de *O capital*, para defender que em Marx, o conceito de proletariado, ou classe trabalhadora, é mais amplo do que a caracterização dos defensores do “adeus ao proletariado” apresenta (Callinicos, 2009, p. 218). A passagem é aquela em que Marx nota que “a força produtiva extraordinariamente elevada nas esferas da grande indústria, acompanhada como é por exploração da força de trabalho ampliada intensiva e extensivamente em todas as demais esferas da produção, permite ocupar de forma improdutivo uma parte cada vez maior da classe trabalhadora” (Marx, 1984, p. 59). Para Callinicos, com quem concordo integralmente, a passagem sugere que:

Marx não identificou a classe trabalhadora com nenhum grupo particular de ocupações, como por exemplo, aquelas na indústria manufatureira: empregados domésticos são ‘parte da classe trabalhadora’, embora uma parcela improdutivo, no sentido de não criar mais-valia. Alinhado com o entendimento geral, relacional, de classe em Marx, o proletariado é melhor definido como: a) compelido, pela ausência de acesso aos meios de produção, a vender sua força de trabalho; b) o uso dessa força de trabalho no interior do processo de produção é submetido à supervisão e controle do capital e seus agentes. Por esse critério, a classe trabalhadora cresceu consideravelmente no presente século [o século XX]....(Callinicos, 2009, p. 218).

Há, porém, um outro elemento a alimentar as perspectivas analíticas e políticas que negam a possibilidade de que o proletariado venha a exercer o potencial de sujeito revolucionário, presente na obra de Marx e na melhor tradição marxista posterior, que nos remete ao primeiro momento deste texto, ou melhor, à indissociabilidade entre a discussão sobre sujeito histórico e sujeito revolucionário em Marx. Ao negarem o papel do proletariado como sujeito da revolução socialista, seus críticos quase sempre apegam-se a uma visão por demais “objetivista” da dinâmica da história, negando também com isso a noção marxiana de que “os homens fazem a sua própria história”, objetiva e subjetivamente determinados – limitados e potencializados, mas nunca apenas passivamente sub-

metidos – pelas formas sociais concretas de sua existência. Cabe-nos, portanto, reintegrar a análise sobre o papel do sujeito histórico, sobre a ação dos homens e mulheres que fazem a história, com a consequência política maior dessa análise: a constatação do caráter histórico, portanto superável, de nossa forma atual de existência social, a partir da ação do proletariado como um sujeito potencialmente revolucionário. Potencial revolucionário dado, não por sua vontade, mas justamente pelas formas históricas concretas – a dinâmica da luta de classes – através das quais as circunstâncias de sua existência social determinam a sua consciência de classe.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure, and change in social theory*. Chicago: Haymarket, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Prefácio de Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Moscou: Progresso, 1982.
- _____. *O Capital*, v. I, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril, vol. 1, 1983.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Moscou: Progresso, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo/Edunicamp, 2002.
- THOMAS, Peter D. *The Gramscian Moment: philosophy, hegemony and marxism*. Chicago: Haymarket, 2010.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. Revolution again! Or shut your ears and run. *New Left Review*, n. 6, London, nov-dec 1960.
- _____. Socialist Humanism. An Epistle to the Philistines. *The New Reasoner*, v. 1, n. 1, Summer, 1957.

_____. Agency and choice – 1. *The New Reasoner*, n. 5, Summer, 1958.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.